



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**FRANCICLÉIA NICOLAU DA SILVA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO  
SERTÃO PARAIBANO: ESTUDO DE CASOS**

**CAJAZEIRAS – PB  
2013**

**FRANCICLÉIA NICOLAU DA SILVA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO  
SERTÃO PARAIBANO: ESTUDO DE CASOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura  
Plena em História da Universidade Federal de  
Campina Grande, Centro de Formação de  
Professores, para obtenção de nota para a  
disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Msa. Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS-PB  
2013**

**FRANCICLÉIA NICOLAU DA SILVA**

**CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DO  
SERTÃO PARAIBANO: ESTUDO DE CASOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, para obtenção de nota para a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso”.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Msa. Nozângela Maria Rolim Dantas  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Msa. Edinaura Almeida de Araújo  
Membro Examinador

---

Prof<sup>ª</sup>. Msa. Rosilene Alves de Melo  
Membro Examinador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luíza de Marillac Ramos Soares  
Membro Examinador Suplente

Dedico esta monografia a minha mãe que me deu muito apoio nos momentos difíceis, as minhas irmãs, sobrinhos e cunhados. A todos, dedico a alegria de finalizar esta etapa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus. Força divina que sempre esteve a me rodear e a iluminar em todos os momentos.

A minha querida e amada mãe, agradeço por tudo, o incentivo, a preocupação e o amor a mim direcionados todos os dias. Tais sentimentos proporcionaram-me a força e a confiança necessárias à finalização deste curso.

Ao meu pai Francisco Daniel da Silva (IN MEMORIAM), que na infinidade do céu descansa, agradeço o tempo que pôde dedicar-se a nós.

Agradeço a minha irmã Cleide, ao seu esposo Maurílio, bem como aos meus sobrinhos Lucas e Gabriely. A presença de cada um proporcionou o conforto e a alegria necessários aos dias de trabalho intenso.

Um agradecimento bem especial a minha irmã Clébia, pela atenção exclusiva, carinhosa e direcionada a esta monografia. Ao Erik, futuro próximo cunhado, agradeço imensamente primeiro pelas palavras de incentivo e segundo pelas discussões teóricas, as quais motivaram a finalização desta pesquisa e posterior análise.

Agradeço ao Francisco (Júnior), amigo e companheiro, pela compreensão dos dias quase sem nos falarmos e, portanto, dedicados à pesquisa, à escrita e à finalização deste trabalho.

A minha amiga Lana o meu agradecimento carinhoso. Uma amizade fortalecida ao longo dos anos de graduação e durante os quais realizamos tantas conversas, que confortaram nos momentos de preocupação e alegraram a vida de estudos.

Aos vários colegas com os quais convivi e compartilhei a alegria de fazer parte do curso de história, obrigada.

Aos professores que enriqueceram a minha vida acadêmica e proporcionaram a abertura de novos caminhos, agradeço.

Agradeço imensamente aos profissionais da educação e, portanto, aos professores e aos gestores das escolas visitadas, pois sem as suas participações e disposições o objetivo deste trabalho não teria sido cumprido.

Por fim, agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Msa. Nozângela Maria Rolim Dantas, pelo tempo e paciência disponibilizados a mim e a minha monografia, pois, a cada uma foi prestada atenção exclusiva, uma vez que faço parto do grupo dos viajantes de primeira viagem.

“Há homens que lutam um dia e são bons.  
Há outros que lutam um ano e são melhores.  
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.  
Porém, há os que lutam toda a vida.  
Esses são os imprescindíveis.”

(Bertolt Brecht)

## RESUMO

Propusemo-nos neste trabalho analisar a acessibilidade estrutural proporcionada em duas escolas públicas da cidade de São João do Rio do Peixe/PB, no sertão da Paraíba, uma pertencente ao órgão municipal e a outra estadual. Foram utilizadas como coleta de dados fotografias para que pudesse ser feito o registro dos espaços de acesso às escolas, tanto interna como externamente. Para complementação das análises foram realizadas entrevistas com os gestores e educadores das respectivas instituições, no intuito de averiguar a percepção dos mesmos sobre o tema da acessibilidade e a respectiva inclusão do aluno em seu contexto escolar. A partir dos dados constatamos que as escolas ainda não se encontram devidamente adequadas fisicamente a receber os alunos com necessidades educativas especiais, isso devido à existência de obstáculos e barreiras como, por exemplo, rampa com declives errados, falta de corrimões, barra de apoio inadequado, piso tátil, entre outros. A falta de conhecimento adequado sobre a acessibilidade física das pessoas, que compõem a escola, é um fator importante, pois contribui para a construção de rampas inadequadas e adaptações indevidas, que não contribuem em nada para o exercício do direito de ir e vir, garantido a todo cidadão brasileiro.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Escola.



## **ABSTRACT**

We proposed in this work to analyse about structural accessibility provided in two schools of São João do Rio do Peixe – PB, one of them belonging to the municipal body and other to the state one. It has been used photographs as data collection to register the spaces of access to the school, both the internal and external ones. For complementation of analysis we also made use of interviews with educators of these institution in an attempt to check the perception them about accessibility. In view of the data presented we observed that the schools are not yet properly adapted physically to receive the students with special educational needs, due to the existence of obstacles and barriers, like ramp with wrong slope, lack banisters, rest bar, tactile floor, among other. The lack of adequate knowledge about the physical accessibility of the persons who compose the school is an important factor, because it contributes to building of unsuitable ramps and undue adjustments, that do not contribute in anything for the exercise of the right to come and go, guaranteed to every Brazilian citizen.

**KEYWORDS:** Accessibility. Inclusion. School.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Corrimão .....	37
<b>Imagem 2:</b> Escada e Rampa .....	38
<b>Imagem 3:</b> Desnível de Porta .....	39
<b>Imagem 4:</b> Sanitário acessível .....	40
<b>Imagem 5:</b> Sanitário .....	41
<b>Imagem 6:</b> Rampa e Escada .....	42
<b>Imagem 7:</b> Maçanetas .....	43

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Sinalização visual no piso dos degraus .....	38
<b>Figura 2:</b> Sanitário feminino acessível .....	40
<b>Figura 3:</b> Sanitário masculino acessível .....	40
<b>Figura 4:</b> Sinalização tátil de alerta nas escadas .....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: DIREITOS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA E DEVERES DA ESCOLA.....</b>	<b>14</b>
1.1 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL.....	14
1.2 ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: TORNANDO A INCLUSÃO POSSÍVEL .....	24
<b>2 O PROCESSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>33</b>
2.1 METODOLOGIA .....	33
<b>3 ANÁLISE DOS DADOS: DISCUSSÕES SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR ACESSÍVEL A PARTIR DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>35</b>
3.1 REVELANDO IMAGENS.....	36
3.2 GESTORES E PROFESSORES: ANALISANDO OS DISCURSOS DOS SUJEITOS DA ESCOLA .....	43
<b>3.2.1 Acessibilidade: compreensão e ação .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.2 Acessibilidade: uma oportunidade para a inclusão.....</b>	<b>46</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho está em compreender como as escolas públicas da cidade de São João do Rio do Peixe, pertencentes ao sertão da Paraíba, encontram-se estruturadas, no que diz respeito ao espaço acessível e, portanto, possibilitador da inclusão dos alunos com deficiência em suas respectivas instituições de ensino. Cumpre dizer, que para a realização desse intento foram observadas duas escolas, uma municipal e outra estadual e, com isso, servem-nos de unidades escolares representativas do cenário, logo acima descrito.

É importante ressaltar que a motivação inicial para a realização de um estudo como este surgiu com um efetivo trabalho docente, através do qual, ao lecionar a disciplina de História, o tema voltado à acessibilidade saltou aos olhos em virtude de uma experiência com um aluno cadeirante. Com isso, este tema tornou-se um assunto de extrema relevância, haja vista fazer parte do contexto escolar com o qual convivia diariamente, fosse pela sua importância em si, fosse pelas limitações já na época constatadas.

Dessa forma, o interesse pela acessibilidade escolar, como consequência de uma preocupação especial com o aluno com deficiência, independe, pois, do curso de graduação a ser realizado, especialmente, àquele que tem por objetivo formar professores. Diante disso, estamos falando sobre futuros profissionais, os quais devem ter o olhar atencioso e preocupado com a realidade diária do seu aluno e, conseqüentemente, da sua própria, pois o mesmo necessita de um local de trabalho adequado para si e para os seus. Tais realidade e preocupação fizeram parte do convívio profissional desta pesquisadora que, neste momento, concretiza um estudo há muito pretendido.

Com isso, este trabalho pretende contribuir com as discussões até então realizadas, discussões essas ainda poucas, apesar de relevantes. Neste aspecto, cumpre dizer que durante a pesquisa foi constatada uma limitação quanto à produção de obras teóricas sobre a acessibilidade espacial, resumindo-se, pois, a teses e dissertações, os quais foram de suma importância para a concretização deste trabalho.

Sendo assim, a escola passa a ser o centro de nossas atenções, pois a mesma jamais poderá isentar-se de suas obrigações para com o aluno, uma vez que tem por objetivo formar cidadãos e, com isso, constituir sujeitos capazes de enfrentar as barreiras impostas pela sociedade. Neste ínterim, a escola deve dar o exemplo e, no que diz respeito ao tema de nosso estudo, deve proporcionar o espaço necessário e adequado às necessidades de todos os alunos.

A fim de estabelecer o direito de ir e vir das pessoas com deficiência, algumas leis foram criadas e, desde então, a acessibilidade passou a ser obrigatória. Desse modo, a escola

assumi o desafio de proporcionar, ao aluno com deficiência, o devido acesso e a manutenção necessários ao bem-estar de todos. Isso porque na construção de um espaço acessível não se deve excluir, desse projeto, o aluno sem deficiência, pois este deve conviver de forma saudável com o colega que possua uma determinada limitação física, inclusive para que este não se sinta um invasor do espaço que, por ventura, o façam pensar não ser seu.

Diante disso, todo cuidado é realmente pouco, pois não estamos falando apenas de uma estrutura física adequada, mas sim, e igualmente importante, de um ambiente saudável que proporcione a todos os alunos o assessoramento educacional e pedagógico necessários ao cotidiano escolar. Portanto, toda a comunidade tem responsabilidade nesse intento. Sobre isso, vejamos o que Márcia Silvana Silveira Barbosa (2004) tem a acrescentar:

O papel que a escola ocupa hoje na sociedade brasileira é complexo. Muitas vezes ela contribui para a exclusão dos meios necessários à vida digna, pois as estruturas mais fortes organizam-se para privilegiar grupos e pessoas; as consciências são levadas por aquilo que fica parecendo natural no ambiente, tornando-se inquestionável e aceito pelo senso comum. A escola reforça esta prática e reproduz o egoísmo, o individualismo e a competição, elementos essenciais ao mundo em que predomina o mercado. A organização do fazer escolar é repetidora do sistema social injusto que a sociedade criou e o mantém como forma de emperrar mudanças que possam alterar a ordem dominante. (BARBOSA, 2004, p. 8-9).

A acessibilidade, portanto, surge para proporcionar ao aluno novas perspectivas de inclusão na escola, fazendo com que os direitos de todos sejam reservados e cumpridos. Dessa forma a acessibilidade deve ser encarada como ferramenta educacional de importância tal que, sem ele, a construção da cidadania do aluno não se faz, pois que tipo de cidadão a escola pretende formar, quando ela própria o faz sentir-se deslocado, excluído e à margem da sociedade? Isso sem falar dos alunos que não possuam nenhuma deficiência física, pois a estes não se estaria dando a instrução e a orientação adequadas, e não estamos falando de palavras, mas sim de ações concretas, no que tange a socialização humana dos sujeitos no seu contexto escolar.

Assim, possibilitar o acesso pleno da pessoa com deficiência significa incluir e permitir que ela faça parte de um meio possibilitador da sua liberdade. Uma liberdade mínima, para muitos até insignificante, pois podem chegar, ficar e sair quando e como querem, no entanto, para muitos outros uma liberdade considerada sem tamanho, já que poder transitar e permanecer nos locais pretendidos sem que, para isso, tenham que pedir ou clamar pela ajuda de outros, torna-se uma conquista heróica.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, *Inclusão e Acessibilidade: direitos do aluno com deficiência e deveres da escola*, apresentaremos teorias e algumas reflexões sobre o dever da escola e o direito do aluno de conviver de maneira saudável em seu contexto de ensino. Para tanto, este capítulo subdivide-se em dois importantes aspectos: o da (i) *Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real* e o da (ii) *Acessibilidade na escola: tornando a inclusão possível*, através dos quais refletimos a acessibilidade enquanto ferramenta possibilitadora da inclusão, que permeia, ainda, entre o ideal e a realidade encontrada nas escolas.

Por conseguinte, temos o segundo capítulo, neste, está traçada a metodologia utilizada pela pesquisadora e, portanto, os métodos dos quais valemo-nos para a realização da pesquisa e melhor sistematização do trabalho. Ainda neste capítulo, serão descritos os locais pesquisados, as etapas percorridas e, por fim, os instrumentos necessários à realização de nosso estudo.

No terceiro e último capítulo, *Análise dos dados: discussões sobre o ambiente escolar acessível a partir dos dados coletados*, será apresentada a análise a partir da realidade constatada em cada escola, e ilustradas pelas fotografias, as quais nos revelam os ambientes espaciais encontrados e passíveis de avaliação. Além do diagnóstico construído a partir das fotografias, este capítulo apresenta algumas apreciações feitas com base nas entrevistas realizadas com os sujeitos da escola, neste caso, os respectivos gestores e professores das duas escolas públicas, situadas na sede do município de São João do Rio do Peixe, sertão da Paraíba.

## **1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: DIREITOS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA E DEVERES DA ESCOLA**

Direitos e deveres, dois elementos imprescindíveis a qualquer cidadão, no entanto, nem todos têm o direito de usufruir de seus direitos. Em contrapartida, nem todos acham que têm o dever de proporcionar, de possibilitar caminhos que resguardecem os direitos de todos. Temos, pois, aspectos que abrangem toda a sociedade, mas nem todos dessa sociedade estão conscientes da abrangência desses aspectos. Desse modo, constatamos outro aspecto, o desafio. O desafio de proporcionar os direitos e fazer com que os deveres sejam cumpridos por todos.

Essas reflexões vão de encontro ao tema central de nosso trabalho, o qual, como já mencionado, trata, especialmente, das condições de acessibilidade espacial, direito do aluno com deficiência: o de ter acesso e ser efetivamente incluso no contexto escolar por ele pretendido.

Nesse sentido, a falta de informação dada a determinados contextos sociais/escolares torna-se a vilã dos direitos e deveres de todo cidadão. Em se tratando das escolas de nosso país, estas devem estar muito bem instruídas e orientadas para que seus alunos possuam o espaço e o ambiente saudável a sua convivência. Portanto, o conhecimento, em conjunto com a ação, assume o papel de herói e, assim, tornará possível a quebra das barreiras ainda impostas, bem como a desconstrução de (pre)conceitos que ainda impossibilitam a inserção social dos alunos. Fatos estes que têm como ação consequente a marginalização dos seres tidos e mantidos como “diferentes” e, portanto, deixados à margem da sociedade, mas ainda lutando para serem vistos como todos os outros são: apenas diferentes.

Essa luta vale-se da oportunidade de serem possíveis a acessibilidade e a inclusão que, neste caso, começa no centro possibilitador da formação educacional e cidadã: a escola.

### **1.1 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL**

Para situarmo-nos no objeto das discussões a serem tecidas a partir de agora, lembremos o que Loch (2007, p. 2) diz sobre a efetivação da inclusão em sentido amplo: “[...] a inclusão trabalha com os vários grupos de pessoas que fazem parte da sociedade e que estão por algum motivo excluídas.” Com isso, as pessoas que por algum motivo, seja genético, seja de forma acidental, se vêm “limitadas” e, conseqüentemente, necessitadas de melhores atenções, passam a organizarem-se e a exigirem que sejam resguardados todos os seus

direitos, e que a todos os outros são dados: o direito, não só de ir e vir, mas de permanecer nos mais diferentes espaços sociais. Para tanto, a criação de leis foram necessárias, no intento de serem assegurados o acesso e a inclusão dos bens e serviços oferecidos pelo Estado e pela sociedade, no entanto, isso deve ser proporcionado de forma efetiva e não por uma mudança mascarada, percebida apenas superficialmente.

A escola, como vimos, deve ser o primeiro contexto a dar o exemplo e, assim, garantir ao aluno com deficiência, não só o direito de entrar, como também, e de igual importância, a sua inclusão escolar, entendida como a manutenção saudável do aluno nesse ambiente, isto é, o livre percorrer no espaço intra-escolar.

Nesta perspectiva, lembremo-nos do que Maria Teresa Eglér Mantoan diz ao refletir sobre a inclusão, considerações essas que deveriam ser mais seriamente pensadas. Vejamos:

Está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso de bens e serviços...a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. (MANTOAN, 2006, p. 16)

Neste sentido, a inclusão vale-se de uma integração eficaz de todos. Por isso, concordamos com Figueira (2011) quando este considera que a educação inclusiva deve proporcionar a inclusão da pessoa com deficiência de modo que a divisão do espaço escolar deva acontecer sem restrições a nenhum tipo de deficiência, mas por uma inclusão que pense também naqueles que não possuem alguma deficiência, assim, a igualdade de direitos estará sendo verdadeiramente assegurada a todos.

Neste pensamento, percebemos que cada um possui suas peculiaridades, sejam elas quais forem, portanto, todos necessitamos de coisas em determinados momentos da vida, isso nos faz ser diferentes no âmbito subjetivo, o que não é ou não deve ser visto com olhares preconceituosos. Na verdade, o perigo está a partir do momento em que passamos a entender as diferenças físicas como uma diferença social e, assim, passarmos a excluí-la, ou simplesmente não atentarmos para ela com os olhares da igualdade social. Ou seja, a pessoa/o aluno com deficiência possui uma diferença física e não social. Por isso, dentro da sociedade devemos ser vistos de igual modo: como cidadãos e, por isso, ter os direitos resguardados pela lei.

Vejamos o que Mantoan (2006, p. 18) diz sobre o que acabamos de refletir:



Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais conhecido ainda hoje. Temos de considerar as suas desigualdades naturais e sociais, e só estas últimas podem e devem ser eliminadas. Se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais!

A escola deve agir pensando no pressuposto de que a mudança é necessária para todos e não apenas para o deficiente físico, pois quando possibilitamos a inclusão escolar para o novo aluno que, por ventura, dela necessite, estamos pensando também naquele aluno já pertencente àquele contexto escolar e que pelo acaso do destino passe a precisar de acesso e de inclusão apropriados, agora, necessários e novos para ele. Portanto, essa mudança que prezamos precisa ser compreendida pelos sujeitos da escola como uma necessidade de todos e não apenas de um aluno com deficiência que passe a frequentar determinada escola. Devemos, pois, lançar um olhar natural para essa mudança, que precisa começar pela consciência de cada um e não nas bases estruturais da escola, esta é, logicamente, apenas uma consequência daquela.

Infelizmente, muitos educadores vêem a educação inclusiva como uma tarefa de extrema dificuldade, pois aceitar o novo como, por exemplo, proveniente da presença de um aluno com alguma deficiência, incomoda e desestabiliza. Isso ocorre porque

A diferença propõe o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a impossibilidade do cálculo, da definição, da multiplicidade incontrolável e infinita. Essas situações não se enquadram na cultura da igualdade das escolas, introduzindo nelas um elemento complicador que se torna insuportável e delirante para os reacionários que as compõem e as defende tal como ela ainda se mantém. Porque a diferença é difícil de ser recusada, negada, desvalorizada. Se ela é recusada, negada, desvalorizada, há que assimilá-la ao igualitarismo essencialista e, se aceita e valorizada, a que mudar de lado e romper com os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora. (MANTOAN, 2006, p. 18)

Nesse contexto, podemos considerar que o novo ameaça porque impõe medidas de trabalho consideradas por muitos desconfortáveis aos comodismos vigentes. Assim, compreender que as mudanças fazem parte do ciclo da vida é uma tarefa que incomoda. Muitas escolas resistem em modificar suas concepções a respeito dos alunos com necessidades educacionais especializadas, já que é preciso, para isso, uma reorganização estrutural, mas não estamos falando de uma estrutura física, mas sim de uma reestrutura mental e comportamental.

Com isso, é preciso, em âmbito nacional, uma ampliação do conceito de educação, para que essas mudanças sejam entendidas como prioridades e como benefícios dados às

escolas e, por fim, à sociedade, pois não há nada pior do que uma sociedade que exclui e empurra para o canto aquilo que para ela é visto como anormalidade.

Pensando assim e partindo de uma perspectiva de que tem a mudança como algo que deve partir de um desejo, Rosa (1994, p. 24) afirma que “[...] toda mudança nasce, assim, do casamento entre a necessidade e o desejo. Não há mudança sem certa dose de desobediência.”

Quando há inquietação deve existir, também, o desejo de transformação da realidade em que se vive, pois a situação vivenciada, muitas vezes constatadas nas escolas, não mais agrada, nem ao professor e, muito menos, ao aluno. Para isso, a educação deve partir de um aspecto mais amplo que favoreça a construção de novos conceitos e estruturas sociais, independentemente das dificuldades de seus alunos, beneficiando, assim, toda a população escolar e, claro, toda a comunidade em que a escola está inserida.

Contudo, vale ressaltar que, para esse processo se concretizar, outras ações são de suma importância como, por exemplo, a ampliação das atividades pedagógicas propiciadoras do crescimento e do desenvolvimento das potencialidades dos alunos e, assim, formadoras de sujeitos autônomos. O professor, por sua vez, uma das peças fundamentais ao processo de mudança, precisa ter consciência de que uma nova postura deve ser assumida, fato esse ocasionador de muita resistência, já que “[...] tudo que ameaça romper esquema é inicialmente rejeitado.” (MANTOAN, 2006, p. 52).

Sendo assim, devemos considerar que

Inovações educacionais, como a inclusão, abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em dada estrutura ou sistema de ensino, uma vez que atentam contra experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. É uma mudança experimentada pelos professores que ensinam para a turma toda. (MANTOAN, 2006, p. 52).

Isso nos faz constatar que, para uma efetiva inclusão escolar, a tão somente presença do aluno com deficiência não é o bastante. É preciso movimentar todo o sistema educacional e pedagógico. Não podemos falar em inclusão sem que para ela seja dado o suporte básico, a começar por, no mínimo, o acesso por rampas construídas com os cuidados de inclinação necessários, escadas devidamente seguras e com os seus respectivos corrimões, banheiros verdadeiramente adaptados, portas amplas, salas de aula com espaços adequados ao número de estudantes e possibilitadoras da inserção de um cadeirante.

Acima citamos alguns cuidados e mudanças básicos que evitam o constrangimento do aluno que deles precisar e, como consequência disso, ocasionam a sua exclusão, pois oferecer a esse educando uma sala que não possua, por exemplo, estrutura mínima, acabará

frustrando e deixando o aluno à margem. E isso, ocorrente em tantos contextos escolares, acaba por criar um círculo vicioso e mascarado, em que professor finge que está tudo regular e o aluno que se sente bem diante da exposição a que é submetido.

Com relação ao cenário de inclusão escolar Denari (2008, p. 32), afirma que:

Para muitos atores do cenário educativo, a inclusão constitui um desafio dificilmente concretizado, por envolver custos de diversas naturezas e problemas associados à gestão institucional e ao desempenho profissional. Essas dificuldades transformam-se em obstáculos ao desenvolvimento da inclusão escolar, inibindo a criação de projetos de inclusão ou desanimando as escolas que já o iniciaram e que tomam consciência da falta de capacidade e de recursos para enfrentar tal desafio. Tais fatos parecem coincidir com a experiência internacional em prol da inclusão escolar, quando, erroneamente, se tem tentado responder por via da racionalidade técnica à diversidade humana.

A escola é parte integrante da sociedade, logo, a escola é a sociedade. Portanto, cabe a todos os sujeitos pertencentes a esta sociedade pensar e pôr em prática os programas sociais que tratam do bem comum e da convivência homogenia entre os sujeitos. Mas, quando falamos em convivência homogenia, estamos considerando estruturas e condições adequadas igualmente a todos e não a maioria. Com isso, ao tratarmos da inclusão escolar, a responsabilidade é de todos e para todos. Para que isso seja possível, não podemos antepor o “eu”, mas sim o “nós”, neste e com este, alcançaremos os objetivos sociais pretendidos, uma vez que ao sermos egoístas, em se tratando de inclusão escolar, estaremos ocasionando o chamado fracasso escolar, algo de proporções bem maiores do que podemos imaginar, e proveniente de um sistema que precisa ser urgentemente modificado.

Segundo Campbell (2009, p. 39):

Existe uma tendência em culpar a própria vítima pelo fracasso, projetando essa culpa sobre o aluno e a família, sobre o professor e sobre a escola, mas o fracasso escolar não é uma questão isolada e, muito menos, individual ou unicamente de origem patológica, ela está associada a questões sociais muito graves que se abatem sobre o país.

O sucesso escolar acontecerá quando houver a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Para isso, as mazelas sociais devem ser combatidas e as necessidades sociais consideradas com sinceridade. A corrupção, que tem como consequência o desvio de verbas públicas, é um exemplo de uma mazela social grave que deve ser

combatida de todas as formas, para que, assim, o dinheiro que a educação do nosso país tão necessita para o melhoramento das estruturas físicas e pedagógicas básicas, seja realmente destinado à educação. Este é um dos aspectos a serem cuidadosamente pensados, mas, vale lembrar que a mudança começa a partir da consciência de cada um.

Diante dessa realidade, não é difícil entender os argumentos que levam um número ainda bastante baixo de escolas a iniciar o processo de inclusão, não obstante o aporte legal e as sanções impostas ao seu descumprimento. São eles complexidade, insegurança, despreparo, desinformação, riscos que se fortalecem no incentivo à aplicabilidade das políticas públicas não muito convincentes... (DENARI, 2008, p. 32)

Nessa perspectiva, devemos considerar que a educação vai muito além dos muros que enquadram a escola, ela faz parte da comunidade e, esta, por sua vez, é um reflexo da educação por ela assumida. Assim, a escola deve abranger todos os âmbitos sociais, logo, é grave considerar a educação como um modelo rígido de formas, algo estanque, sem que atentemos para a necessidade de mudança constante e, assim, possamos construir uma educação plena e de qualidade.

Algo que deve ser lembrado nesse processo é que todo sujeito chega à escola com uma bagagem, com conhecimentos adquiridos por experiências vividas. A diversidade cultural de nosso país demonstra que não deve ser escondida pela escola, ou lembrada apenas na teoria. Essa diversidade deve ser praticada todos os dias, por isso, faz-se mais que urgente a formação de uma escola que tenha a educação como algo abrangente e transformador para os seus. Daí a importância de termos uma educação que realmente garanta o respeito a todos independente de sua etnia, cor, gênero, religião e/ou necessidade física.

Nessa perspectiva Paulo Freire (1982, p. 33) afirma que:

[...] qualquer esforço de educação popular [...] deve ter um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão.

A escola que pensa na efetiva educação como foco, tem grande poder transformador, por isso deve estar aberta a receber, sem discriminação, as pessoas com deficiência, garantindo a cidadania e o direito que a todos cabem. O profissional da educação, por sua vez, deve assumir um olhar renovador, procurando com seu trabalho o bem comum, apesar de todas as barreiras físicas e humanas que são encontradas.

Por séculos os diferentes grupos humanos buscam mudanças que o favoreçam, porém, infelizmente, por muito tempo e, ainda hoje, o favorecimento restringe-se a uma classe minoritária. Por esse motivo, deve-se ter cuidado com uma dada sociabilidade camuflada, na qual se escondem os verdadeiros problemas, em especial, no que diz respeito à inclusão. Esta, obviamente, não pode usar máscaras. A escola deve, por esse motivo, buscar e proporcionar modificações que garantam a inclusão em seu contexto, pois

[...] a inclusão escolar vem possibilitando a transformação das escolas regulares e tem contribuído muito para a sua melhoria. Trata-se de um fenômeno educativo, uma vez que leva a escola a rever as velhas práticas, a formar novas competências e a construir estratégias de aprendizagem condizentes com as reais necessidades de seus alunos. (SOUZA, 2003 apud LOCH, 2007, p.7)

Para tanto, a educação brasileira está amparada por leis que abonem as alterações necessárias dentro da escola. Assim, temos a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 da LDB referente à Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1.º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2.º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3.º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (p. 21).

Qualquer trabalho que envolva a educação deve sempre procurar por melhorias, no intento de desenvolver o profissional. Uma busca que não pode ter fim, já que a sociedade muda e com ela a escola deve mudar, pois os sujeitos que dela fazem parte são igualmente

sociais. O ambiente físico da escola que queira proporcionar a acessibilidade e, portanto, uma inclusão efetiva deve ter consciência que a mudança necessária ocorre em sentido amplo, logo, em todos os seus aspectos. Para tanto, os pais, a comunidade e a escola devem unir-se e, assim, participar integralmente desse processo de institucionalização da educação acessível e inclusiva.

Neste ínterim, vale dizer que muitos avanços já ocorreram e estão ocorrendo, no que tange a inclusão escolar, mas, a demanda é enorme e muitas são as escolas que mascaram a realidade vigente, talvez por falta de maiores e de melhores informações. No entanto, há um certo desinteresse por parte de muitos profissionais da educação, que se contentam com o básico, com o que acham saber sobre a acessibilidade e inclusão escolar.

Todos, absolutamente todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem devem ter papel ativo para que a mudança necessária aconteça. É pensando nisso que a escolar pode e deve

[...] encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais [...].  
(SALAMANCA, 1994, p. 9)

Muitas de nossas escolas aparentam não englobar o que é necessário para conseguirmos a verdadeira e almejada inclusão escolar. Por esse motivo a tão falada e almejada inclusão escolar está longe de acontecer, pois enquanto profissionais e governantes jogarem a responsabilidade um para o outro nada se concretizará. Para tanto, “[...] um novo currículo de estudos deve conter delineamento específicos que favoreçam a formação de um novo docente.” (DENARI, 2008, p. 31). E, dessa forma, o caminho é procurar romper as barreiras que permeiam a educação inclusiva, visto que os alunos com deficiência possuem os mesmos direitos que todos os outros.

Apesar de bastante difundido, o tema da inclusão, bem como da acessibilidade é consideravelmente “novo” enquanto realidade escolar, por isso, o cuidado deve ser redobrado, do contrário, serão tomadas decisões que ao em vez de contribuírem, acabarão prejudicando ainda mais a realidade escolar.

Sabemos que é dever do sistema de ensino amparar e dar o suporte necessário a todos, mas tudo deve ser primeiramente conhecido a fundo e muito bem planejado para que a prática conduza o melhoramento do ambiente de ensino-aprendizagem. Sobre isso, vejamos o

que nos orienta a LDB, no Art. 59º, quando este ressalta que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais:

- I** - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II** - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV** - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V** - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (p. 21)

A inclusão é, pois, para todos os sujeitos da escola um grande desafio, porque desse todo depende o processo de inserção do aluno com deficiência. A educação é o meio pelo qual elementos como a autonomia e a cidadania, podem tornar-se as grandes conquistas sociais. Com isso, passar por esse desafio é promover a verdadeira inclusão, que tem como meta proporcionar oportunidades iguais a todos.

Mas grandes e verdadeiras transformações não ocorrem por um, e sim pela persistência de muitos, os quais levam à consciência de todos. Diante disso, são necessárias e possíveis a formação e a inserção de novos artifícios que recebam e mantenham o convívio dos sujeitos da escola sem que haja diferenciação social, e sim igualdade de condições.

Faz-se urgente que os profissionais da educação sejam qualificados e a eles sejam dadas as condições previstas por lei e básicas ao processo de ensino-aprendizagem, pois o inesperado bate à porta constantemente e está sempre a esperar pelas mudanças a ele prometidas há muito. O professor, com o devido preparo, estará consciente de sua responsabilidade para com todos os alunos, procurando oferecer-lhes aquilo que foi devidamente orientado como, por exemplo, propiciar um ambiente de discussões acerca da diversidade de seres em nosso meio, assim os alunos podem tomar consciência do papel de cada um à concretização de um ambiente escolar aprazível, a começar pelo bom relacionamento com todos.

Obviamente, esse é um processo que leva tempo e, por isso, precisa ser persistido até que algo significativo seja alcançado. Isso porque

O processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável. A formação e a capacidade docente imperam, neste contexto, como uma das principais alternativas para concretização desses anseios. (MORAES, 2007, p. 19)

A inclusão enquanto realidade faz rever uma série de paradigmas e valores os quais vão além das políticas públicas educacionais, pois se torna necessário conhecer o desenvolvimento humano, bem como suas relações com o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração como acontece a efetivação da inclusão para cada aluno.

Conforme Mantoan (2006, p.14):

Uma crise de paradigmas é uma crise de concepções, de visão de mundo, e, quando as mudanças são mais radicais, acontecem as revoluções científicas. O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante.

Devemos pensar que outros elementos podem contribuir significativamente na realização da inclusão como as vantagens das ciências e das novas tecnologias, estas utilizadas na capacitação, na atualização, na sensibilização e no atendimento às pessoas com deficiências. Logo, oportunidades devem ser criadas, toda a comunidade escolar pode agir para mudar. O que ocorre segundo Mantoan (2006, p. 15) é que “[...] a escola não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes instâncias epistemológicas, não se abre a novos conhecimentos que, até então, não couberam nela.”

Assim sendo, mais uma vez, ressaltamos que a formação do profissional da educação deve ser posta em primeiro plano para que haja o aprofundamento das discussões, tanto no âmbito das teóricas como no das práticas sociais, visando à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Essa formação ajudará ao professor na resolução de problemas do cotidiano escolar, como também na criação de atividades educacionais que favoreçam todos os alunos. Fazer uso de currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a particularidade de cada aluno, suas ideias e desafios para novas situações são algumas e importantes ações a serem tomadas.

Infelizmente, apesar de ocorrerem avanços conceituais, os preconceitos em relação às pessoas com deficiência, construídos ao longo do tempo, ainda persistem em muitos



contextos. Essas visões podem causar outras atitudes preconceituosas que acabam por perpetuar ainda mais a falta de respeito e a conseqüente violência moral a ser praticada pelos próprios alunos.

Desse modo, dificuldades são impostas diariamente, negando às pessoas com deficiência possibilidades várias. Isso porque são julgados como limitados e incapazes de realizar atividades simples, como escovar os dentes, amarrar um cadarço, fazerem suas refeições sozinhos, dentre outras atividades a eles negadas. Essa perspectiva, de teor negativo, perpassa pela escola, tornando a educação inclusiva um processo que traz em seu âmago um enorme desafio: o de romper padrões, paradigmas e formas de comportamentos já previamente determinados socialmente.

Sobre esse desafiador processo de inclusão escolar Costa (2007, p. 22) faz algumas considerações. Vejamos:

A inclusão escolar, mesmo cercada de muita incerteza, e de insegurança pode com ousadia e fundamentação, buscar alternativas e outras formas de interpretação que sustentem e norteiem mudanças na educação escolar [...] uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Pensar, decidir e trabalhar, tendo como meta a inclusão, é deflagrar, por essa tão óbvia concepção, uma revolução no ensino do país. Uma consciência que deve partir da escola, esta, formadora de futuros homens e mulheres, cidadãos e cidadãs conscientes dos seus papéis frente à sociedade, a qual, por vezes, exclui e empurra para a margem aqueles considerados de difícil convívio. A escola enquanto instituição social deve lutar por uma sociedade mais justa, a começar por ela mesma.

## 1.2 ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: TORNANDO A INCLUSÃO POSSÍVEL

Quando propomo-nos a possibilitar acesso às pessoas com deficiência no âmbito escolar, temos que ter em mente que essa integração deve ser legítima, pois enquanto profissionais da educação devemos defender a cidadania e o direito à igualdade. Com isso, construir “caminhos” não corresponde à permissão da entrada, mas sim à manutenção saudável das pessoas nos ambientes sociais pretendidos, neste caso, a escola. Para tanto, a inclusão, sobre a qual já tecemos algumas reflexões, como também a acessibilidade, devem

caminhar juntas, pois são aspectos intrínsecos, quando os objetivos são garantir a entrada, bem como manter o aluno com deficiência no contexto escolar.

Diante do exposto, Marina Grava de Moraes diz que

É necessário compreender e respeitar o direito de ir e vir que pertence àquelas pessoas que não encontram rampas em calçadas, portas largas, não tem acesso à sala de aula, não conseguem ler livros impressos, não compreendem auditivamente à fala do interlocutor. Muitos jovens com deficiência poderiam ir ao cinema, prestar vestibular, assistir a jogos, trabalhar e viajar se fossem eliminados os obstáculos construídos no meio urbano, os quais impedem e dificultam a circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade. A escassez de informação básica sobre a população com deficiência tem se constituído um empecilho para o planejamento de ações voltadas para a sua inserção social. Por isso, uma das áreas que muito merece atenção é na formação do arquiteto. (MORAES, 2007, p. 8)

Como podemos perceber, outros profissionais são indispensáveis ao processo de construção da acessibilidade, o arquiteto, por exemplo, deve pensar analisar e criar maneiras que favoreçam, não só as pessoas com deficiência, como também os idosos e outros sujeitos que necessitem de espaço e de caminhos físicos necessários a sua livre locomoção. O direito de “ir e vir”, uma garantia assegurada a todo cidadão brasileiro quando no exercício de sua cidadania não pode, jamais, ser esquecido. No entanto, questionamos se esse direito é verdadeiramente a todos garantido. E, nesse sentido, surge a acessibilidade enquanto porta de entrada para a inserção social da pessoa com deficiência.

Quanto à acessibilidade, esta, não vem mostrando, ao longo dos anos, boas perspectivas. Ao observarmos como a pessoa com deficiência vem sendo tratada na sociedade percebemos que a preocupação com o seu livre acesso é algo novo. Para isso, basta que observemos os vários prédios existentes e construídos há alguns anos, e constatarmos que os mesmos não foram projetados pensando nas pessoas que, por algum motivo, cresceram ou passaram a conviver com algum tipo de deficiência. O cadeirante, o deficiente visual, por exemplo, não conseguiriam ter acesso aos tais prédios, os quais representam o descaso para com determinados grupos sociais.

Foi pensando nisso que a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 foi elaborada, constituindo-se a primeira Lei a ser outorgada na perspectiva da acessibilidade para todos e trata, em especial, da acessibilidade espacial, e traz em linhas gerais as seguintes normas (BRASIL 2000):

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico. (p.162).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas a ABNT (2004, p. 10) define a acessibilidade como sendo uma “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Quando se tem um espaço acessível para todos, este proporciona várias oportunidades de igualdade para aqueles que dele fazem uso. Porém o que vemos são construções sem um mínimo de projeção para a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante salientar que a primeira Norma Técnica Brasileira surgiu em 1994 NBR 9050, e sua revisão em 2004 de forma mais abrangente. Com isso, a acessibilidade passa a ser recurso pra qualquer pessoa e não só para a pessoa com deficiência.

É importante frisar que a acessibilidade está inserida voltada a todos que tenha alguma deficiência ou aqueles que, por algum motivo, tenham sua mobilidade reduzida, como no caso de pessoas submetidas a cirurgias, gravidez de risco, traumas ortopédicos, quando uma grávida não consegue subir escadas, ou ainda quando um idoso está impossibilitado de se locomover em um piso liso.

Para Loch (2007, p. 88) “[...] a acessibilidade significa realizar as ações desejadas, [...] diminuindo as dificuldades e as barreiras encontradas, permitindo participação e mais independência para uma vida normal.” As pessoas com deficiências são obrigadas a ficarem “presas” em suas residências por não terem um acesso digno nas vias públicas ou em locais privados, além do desconforto de encontrarem muitas barreiras que inviabilizam seus deslocamentos.

Com essa preocupação a Associação Brasileira de Normas Técnicas estabeleceu normas especiais, como a 9050/2004 que garantem por Lei a acessibilidade. Para Moraes (2007) essas normas devem ser respeitadas e levadas em consideração no momento em que se façam construções e organizações, tanto no espaço público, como no particular. Segundo a NBR 9050/2004, os espaços construídos ou adaptados devem atender aos padrões da Norma Brasileira.

Dentro desse contexto estão os arquitetos, os quais precisam basear-se e utilizar-se da NBR 9050/2004 para a efetivação da acessibilidade. Muitos desses profissionais “conhecem” as normas, contudo não a seguem, surgindo, assim, várias indagações a respeito do profissional projetista, sejam por meio de referências positivas, sejam por lembranças negativas (SCHON, 2002 apud BRANDÃO, 2011). Os profissionais da construção civil devem cumprir com exatidão as supracitadas normas para que o ambiente atenda, com conforto e segurança, às necessidades dos alunos e da comunidade, no caso, a escolar (REMIÃO, 2012).

Para Loch (2007), faz-se necessário que a arquitetura tenha um planejamento gráfico material que leve em consideração as medidas legislativas à melhor efetivação da lei e à facilidade das pessoas ao se locomoverem nos ambientes sem constrangimentos, portanto. Essas ações de estruturação das instituições, em geral, visam à efetividade do processo de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. A regra para isso é a utilização das Normas da ABNT (REMIÃO, 2012).

É então, neste contexto, que a escola deve se tornar o ambiente mais acessível e adaptado para inclusão de seus alunos portadores de necessidades

educacionais especiais, bem como de modificações e adaptações na sua estrutura física, para que ocorra a eliminação de qualquer tipo de barreira ao ensino (MORAES, 2007, p. 32).

A solução para os problemas arquitetônicos e estruturais não está na construção de novos empreendimentos (MORAES, 2007). É, pois, importante que se faça a adequação dos locais para a mobilidade confortável das pessoas com deficiência, passando, desse modo, a serem incluídos socialmente. Assim, estará sendo atribuída a eles alguma independência, principalmente na esfera escolar. Seguir a Lei é, acima de tudo, pensar no aluno que, por ventura, necessite dessa acessibilidade.

Falar da falta de cumprimento das normas, além do desrespeito para com a pessoa com deficiência, nunca será repetitivo, uma vez que estamos falando de uma luta que tem como meta proporcionar a acessibilidade no ambiente escolar e, conseqüentemente, uma independência pessoal que se resume em receber os mesmos direitos que a todos os outros são reservados.

Dessa forma, podemos considerar que sem a acessibilidade não haverá inclusão, pois o acesso à escola sem uma estrutura compatível às necessidades do aluno ou de qualquer pessoa da comunidade escolar torna-se inviável (REMIÃO, 2012). É, por isso, que a realização da acessibilidade torna-se imprescindível ao processo de inclusão escolar, pois como pode ser integrada uma pessoa com deficiência sem que antes lhe proporcionem um ambiente possibilitador de sua autonomia e liberdade de trânsito?

O ideal para a acessibilidade no espaço construído escolar é o sentimento do aluno em poder ir aonde o outro vai, acessar todos os ambientes, e sentir-se capaz tendo motivação a aprender e a se relacionar (REMIÃO, 2012, p. 24).

A acessibilidade é uma condição básica que deveria ser dada a todos os cidadãos, e a escola por se tratar de uma instituição onde todos devem ter acesso, passa a ser considerada acessível quando seus ambientes puderem ser utilizados por todas as pessoas da comunidade escolar, independente da sua deficiência (REMIÃO, 2012). É fundamental que a escola possa realizar uma inclusão integral (com uma apropriada acessibilidade), proporcionando uma conexão real entre todos que compõe a escola e fazendo com que a mesma esteja preparada para esse acesso e inclusão reais, como nos diz Moraes (2007, p. 19):

O processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável. A formação e a capacidade docente imperam,

neste contexto, como uma das principais alternativas para concretização desses anseios.

Essa cultura a que chamamos de exclusivista deve sair do contexto escolar. Um processo longo e lento, contudo possível e será, através dele, que preconceitos ainda existentes em nosso meio sejam eliminados. Para tanto, torna-se urgente que a Lei da Acessibilidade saia do papel e se incorpore às edificações, às construções e adequações, em especial, nos espaços escolares e públicos para que estes possam finalmente facilitar o acesso de todas as pessoas que venham a necessitar.

Se a escola é um bem social construído para todos, devemos conscientizar-mos que a acessibilidade não beneficia apenas às pessoas com deficiência, mas também os que não possuem nenhum tipo de deficiência, uma vez que a escola bem planejada e elaborada proporciona conforto, dinamismo e acolhimento para todos os alunos, além de facilitar ao processo de aprendizagem.

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana...ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (SASSAKI, 2009, p. 2).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define esses tipos de barreiras como: “Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.” ABNT (2004, p.10). A escola é um desses espaços edificados que mais necessitam do cumprimento da Lei, já que a mesma assegura a obrigatoriedade e o empenho, por parte dos órgãos competentes, em possibilitar o acesso ao seu espaço. Logo, é necessário que ocorram mudanças de hábitos, de posturas e de atitudes, ou seja, uma transformação no que diz respeito à postura pessoal dos envolvidos nesse processo e, assim, sejam ampliados e difundidos para outros organismos da sociedade (FREITAS, 2009).

Outros tipos de acessibilidade são importantes e, portanto, não apenas o físico. Isso se considerarmos determinadas atitudes e atuações de profissionais da educação as quais, também, podem ser consideradas um tipo de acessibilidade, pois, por elas, a inclusão pode se tornar uma realidade.

Sobre isso, vejamos o que Sasaki (2009, p. 4) considera:

Disponibilidade de pessoas que possam usar a língua de sinais brasileira (Libras); de auxiliares para orientação de pessoas cegas para localizar livros e outros materiais; disponibilidade de textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, recursos ópticos e não ópticos, lupa, tele lupas, barra de leitura livros falados, sorobã, vídeos com legendas e inserção de intérprete de Libras e outras centenas de recursos que facilitam a comunicação.

Além disso, romper com barreiras discriminatórias também é ato propulsor da acessibilidade, pois, deixar o preconceito de lado é dar acesso a uma nova visão de mundo igualitária e justa.

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios. Um ambiente escolar (e também familiar, comunitário etc.) que não seja preconceituoso melhora a autoestima dos alunos e isto contribui para que eles realmente aprendam em menos tempo e com mais alegria, mais motivação, mais cooperação, mais amizade e mais felicidade. Pessoal capacitado em atitudes inclusivas para dar atendimento aos usuários com deficiência de qualquer tipo. (SASSAKI, 2009, p. 6).

Decidir fazer parte dessa transformação educacional é dever de todos; buscar maneiras facilitadoras de um convívio escolar saudável para o aluno é dever da escola; promover ideias renovadoras, no intento de melhorar a qualidade de vida é dever de todos os cidadãos conscientes de seus deveres, enquanto membros de uma sociedade rica e diversa.

A escola deve preocupar-se, em primeiro lugar, com a sua acessibilidade física. Para tanto, é importante perceber se o ambiente escolar está preparado para atender às necessidades de pessoas com deficiência física, pois a que não estiver levará este aluno a pensar, equivocadamente, que está em um lugar que não lhe pertence, uma vez que esse ambiente não se encontra apropriado e, aparentemente, sem preocupação com o seu deslocamento e conforto mínimos. Do mesmo modo, caso não haja acolhimento humano, ou seja, uma acessibilidade perceptível nas rodas de conversas, no momento do lanche, ou nos encontros informais, logo, a inclusão social/escolar não ocorrerá.

Segundo Mazzotta (2006) a acessibilidade possui duas faces: interna e externa. Dessa forma,

No âmbito interno, ser acessível aos outros e ao mundo implica respeito recíproco à singularidade de cada pessoa e à pluralidade de condições e

situações de vida que determinam a diversidade. No âmbito externo, a acessibilidade ao espaço social e público define-se pelas facilidades físicas, materiais e de participação ativa nas mais variadas instâncias do trânsito existencial, direta ou indiretamente, [...]. (MAZZOTTA, 2006, p. 41).

Pensando assim, a indiferença torna-se a mais grave das exclusões, pois provoca muitas injustiças que vão se acumulando ao longo do tempo. Para agravar cada vez mais a situação, existem diversos tipos de preconceitos difundidos e que incidem a partir de barreiras ideológicas e arquitetônicas. Nesse contexto, pessoas são humilhadas porque outros não respeitam diferenças como: cor, religião, opção sexual. Cabe a escola desenvolver métodos e estratégias que trabalhem essa diversidade para que, assim, possa se construir uma sociedade que respeita e possibilita a todos o espaço da vez e da voz, isto é, a liberdade e a autonomia.

Ao refletir sobre o poder ir e vir, Mazzotta é bastante categórico quando diz que

O direito de ir e vir, interdependente com o direito à saúde, à educação, à cultura, à habitação, ao lazer, ao transporte, etc., representa elemento essencial à condição de sujeito e cidadão. No entanto, igualdade, equidade e uniformidade são conceitos muito pouco compreendidos e aplicados, tanto no nível das políticas sociais públicas quanto no nível das relações interpessoais, em evidente desrespeito às diferenças individuais e à pluralidade cultural, fortalecendo as desigualdades sociais. (MAZZOTTA, 2006, p. 41).

O referido autor comunga com a ideia de que a necessidade da formação pela escola de pessoas conscientes de seu papel social é uma atitude de responsabilidade social, uma vez que a

[...] ação sócio educacional voltada para a construção de sujeitos e cidadãos críticos, solidários e responsáveis deixam de ser concretizadas, muitas vezes pela petrificada invisibilidade das pessoas e grupos com maiores necessidades especiais e que têm sido, quando muito, identificados como *minorias*. (MAZZOTTA, 2006, p. 42 grifo do autor).

Para isso, é importante que medidas sejam tomadas a fim de que sejam eliminadas as barreiras que impedem a inclusão escolar e social. Assim, uma ação válida, e que deveria ser um dos passos a serem dados pela escola, corresponde ao fato de dar prioridade às discussões sobre os vários preconceitos presentes em nosso contexto e que impossibilitam o caminhar saudável de todos os cidadãos.

Respeitar o próximo é e deve ser a lei básica para uma coexistência digna e prazerosa em todo e qualquer ambiente. A escola, vale lembrar, deve ser facilitadora do combate às



diferenças sociais que excluem os outros. Logo, a indiferença é algo que nasce devido ao não saber lidar com o “diferente”. Neste sentido, para a inserção das pessoas com deficiência nas escolas faz-se necessário trabalhar a sociabilização, a começar pelos profissionais da educação, para que estes possam construir conhecimentos além dos livros didáticos ou dos conteúdos impostos pela grade curricular.

Entrementes, observamos que muitas escolas não estão preparadas para oferecer condições propícias às pessoas com deficiência, já outras “acham” que estão. A acessibilidade e a inclusão são elementos básicos à escola que busca o cumprimento dos direitos dados à sociedade.

Nesse pressuposto, tais elementos não podem ser considerados como obrigações e, causando, pois, o desconforto no convívio escolar. Para uma mudança de comportamento condizente com um espaço acessível, a acessibilidade e a inclusão que pretendem ser aprazíveis e amigáveis ao contexto e aos sujeitos que dele fazem parte, devem, antes, passar pela formação de uma consciência conhecedora do que é ser socialmente aceito.

## 2 O PROCESSO METODOLÓGICO

O método segundo Andrade (2002, p. 26) “[...] é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado.” Para Barros (2007) seria um conjunto de procedimentos gerais, que tem como princípios lógicos a racionalidade. Portanto, o método designa o traçado das etapas mais importantes de uma pesquisa, que tem como objetivo chegar a um determinado resultado por meio de uma coleta de dados ou por análise de documentos e bibliografias (ANDRADE, 2002)

### 2.1 METODOLOGIA

Os métodos que foram utilizados para a realização desta pesquisa foram o qualitativo e o descritivo. Entendemos, pois, por método qualitativo, “[...] quando a pesquisa utiliza o ambiente como fonte natural da coleta dos dados.” (MORAES, 2007, p.63). Com isso, “Entre suas investigações encontra-se a busca da relação e da complementaridade entre elementos do fenômeno em estudo.” (LOCH, 2007, p. 33).

Silva (2004) apud Loch (2007) afirma que a pesquisa qualitativa é flexível devido possuir várias características, dentre elas, a flexibilidade de como se conduz a coleta e análise dos dados, ao mesmo tempo em que é necessário levar em consideração o contexto cultural, econômico e social em que a pesquisa está inserida.

Ainda sobre o método qualitativo Loch (2007), baseado em Richardson (1999), apresenta três técnicas a serem utilizadas na realização da pesquisa qualitativa, a saber: a pesquisa bibliográfica, a observação e as entrevistas. Dessa forma, os dados são obtidos através de observação informal e de levantamentos em fontes secundárias. Além do qualitativo utilizamos-nos do método descritivo, pelo qual procuramos analisar, incluir e registrar eventos da realidade. Sendo assim, a pesquisa enquanto descritiva procura descrever, analisar e interpretar os fenômenos que compõem a realidade do fato a ser investigado.

A fonte bibliográfica, que faz parte do método qualitativo, tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com o que está sendo produzido a respeito do objeto de sua pesquisa e, portanto, conhecer o significado em que ela está inserida.

As pesquisas foram realizadas em escolas públicas situadas na sede da cidade de São João do Rio do Peixe, esta correspondente a uma pequena cidade do sertão da Paraíba, com aproximadamente dezoito mil habitantes, localizada na Microrregião Homogênea de Cajazeiras, e parte integrante dos dezessete municípios que compõem a sub-bacia hidrográfica

do Rio Piranhas. (SOUSA, 2007, p. 34). Este município possui, em sua sede, seis escolas públicas, das quais duas compuseram o objeto de estudo. As instituições de ensino avaliadas respectivamente ao governo estadual e municipal. A escolha das mesmas se deu pelo fato de que possuem um número maior de alunos e estarem devidamente inicializadas no processo de acessibilidade. Tais instituições serão, a partir de então, designadas como *Escola A* e *Escola B* como forma de resguardar suas identidades, bem como de dar uma melhor sistematização em nosso trabalho.

A *Escola A*, possui duas modalidades de ensino: Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. O quadro de alunos matriculados corresponde a quatrocentos e trinta. Já *Escola B* abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e o Ensino Fundamental Anos Finais, apresentando, esta, um número de seiscentos e vinte alunos matriculados.

Para a realização do estudo de campo, como primeiro momento foi feito o conhecimento das Normas da ABNT 9050/2004, alguns livros com referência ao tema de estudo, Dissertações, Teses e pesquisas realizadas na internet.

Em seguida, foram feitas visitas às escolas, para a estrutura arquitetônica das mesmas fossem conhecidas e, assim, os dados levantados. A terceira etapa ocorreu por meio de registros fotográficos e de entrevistas realizadas com professores e gestores no intuito de verificar a compreensão desses sujeitos quanto à acessibilidade construída em suas respectivas escolas.

A quarta etapa de nosso trabalho corresponde aos objetos estudados e, com isso, avaliamos a acessibilidade apresentada pelas escolas. Para a finalização da quarta etapa, a que nos referimos, os registros fotográficos foram indispensáveis, pois através dos mesmos pudemos registrar o cenário atual dessas escolas, bem como comprovar as considerações feitas sobre o quadro geral de acessibilidade no ambiente estudado.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas de forma aberta, com apenas um roteiro a ser seguido e, com isso, deixar os entrevistados à vontade em relação às perguntas elaboradas sobre o tema em questão. Portanto, o uso de entrevistas como objeto para a coleta de dados tornou-se ponto primordial. Para Andrade (2002, p. 34) as entrevistas “[...] apresentam algumas vantagens sobre as demais técnicas, pela possibilidade de ser utilizada com pessoas de todos os segmentos sociais [...]” Sendo assim, o entrevistador deve ser imparcial “[...] e não se utilize de gestos palavras e nem tão pouco omita sua opinião.” (ANDRADE, 2002, p. 34-35).

### **3 ANÁLISE DOS DADOS: DISCUSSÕES SOBRE O AMBIENTE ESCOLAR ACESSÍVEL A PARTIR DOS DADOS COLETADOS**

Como já refletido anteriormente, com base no discurso de Mantoan (2006) sobre a educação inclusiva, precisamos eliminar todos os tipos de preconceitos advindos da desigualdade social, porém, sem desconsiderar que existem diferenças naturais (físicas), as quais devem ser avaliadas, principalmente em instituições como, por exemplo, a escola pública. E, mesmo sabendo que o novo, muitas vezes, causa medo, insegurança e espanto, os colégios carecem, urgentemente, ampliar seu conceito de educação, no intuito de saber acolher os alunos com necessidades educativas especiais.

É sabido que a acessibilidade é um dos pontos fortes das políticas inclusivas e facilita a inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência nas escolas, porque permite que a pessoa com deficiência tenha acesso aos bens e serviços da sociedade, sem que fique na dependência de um terceiro. Todavia, torna-se insuficiente a presença físico-corporal daquelas e a ausência físico-estrutural destas, ou seja, não adianta o docente ir, chegar e voltar do colégio, quando tudo isso é feito sem um aparato que o faça se sentir cidadão de fato.

Sendo assim, devemos lembrar que as condições físicas e estruturais da casa do deficiente até a escola devem ser viabilizadas. Chegar e voltar da escola para o dito normal parece simples, mas para um deficiente visual ou cadeirante parece ser uma corrida de obstáculos.

O acesso da pessoa com deficiência está amparado por lei, como nos mostra a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Setembro de 2001:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Art. 2, p. 1).

Além disso,

[...] nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários (Art. 12, p.3).

As instituições de ensino devem proporcionar aos seus alunos um acesso irrestrito, e desde a sua entrada precisam preparar e adequar suas composições físicas. Sendo assim, também ficam estabelecidos os padrões mínimos para a acessibilidade nas escolas – segundo o Art. 12º, § 1º, da referida Resolução –, que neste trabalho foram descritos de modo mais aprofundado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), pela Lei de Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004).

Nossos procedimentos de análise estão divididos em dois significativos momentos: (i) a observação das fotografias da infraestrutura existente nas escolas e (ii) a apreciação das respostas dadas por gestores e professores, isso quando as perguntas envolveram o tema da acessibilidade. Esse procedimentos serão desenvolvidos graças às noções e as categorias teóricas acima discutidas.

Vale ressaltar que não serão analisadas outras formas de acessibilidade se não aquelas de natureza estritamente física. Importante dizer também que os gestores e professores das escolas Estadual e Municipal estavam cientes dessa nossa particularidade ao responderem às perguntas das entrevistas. Assim, poderemos relacionar as imagens com as falas e, com isso, mostrar o quanto a nossa comunidade escolar (des)conhece aqueles problemas que podem ser detectados mesmo a olhos nus. Pensamos, ainda, que dessa maneira seja possível fazer conjecturas bem mais abrangentes sobre as noções que os profissionais da educação possuem acerca de um assunto tão importante, cuja consequência maior e melhor é a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

Outra importante observação a ser feita, antes de apresentarmos nossas análises, diz respeito à responsabilidade que, neste trabalho, apesar dos objetos da pesquisa, não está sendo imposta tão somente à escola. Pelo contrário, já mencionamos em mais de uma ocasião a importância da família, da comunidade e das políticas públicas, por exemplo, no cumprimento daquela que é um dever nosso e um direito de muitos: a inclusão. Examinaremos, entretanto, apenas a inclusão escolar, que se desenvolve em instituições públicas Estadual (Escola A) e Municipal (Escola B).

### 3.1 REVELANDO IMAGENS

As escolas analisadas apresentaram algumas naturezas de acessibilidade. Contudo, falta muito para que as mesmas consigam abranger as necessidades dos alunos, dentro do acesso físico, uma vez que foram detectadas várias irregularidades em suas estruturas, como veremos logo mais, sendo quatro da *Escola A* e mais três da *Escola B*.

[Escola A]

**Imagem 1:** Corrimão



Com base no Art. 2º, inciso VI, da primeira Lei outorgada, a de Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, vemos que a ajuda técnica caracteriza-se como sendo “[...] qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico” (p.162). Portanto, trata-se de um facilitador que, no entanto, muitas vezes é transformado e destituído da sua real função: a de promover acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

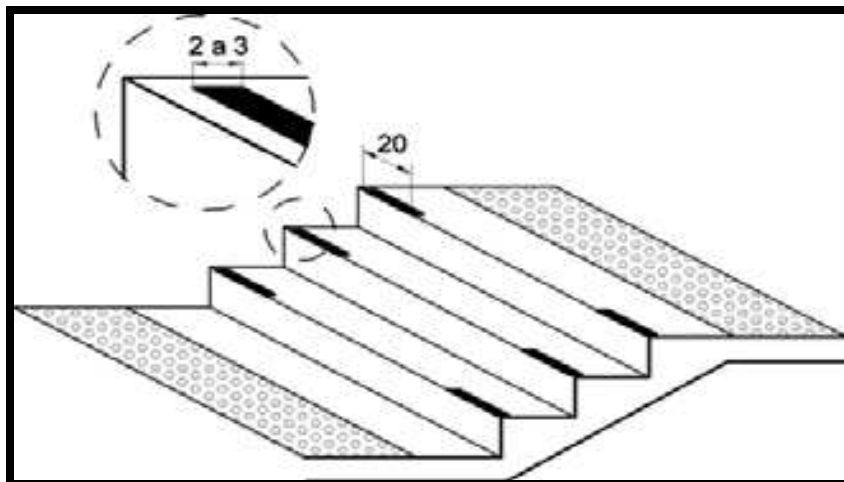
Como podemos ver na imagem acima, o corrimão apresenta diversas irregularidades, se tomarmos como base a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004). O material usado, por exemplo, não é rígido nem se encontra firmemente fixado à parede, apenas encaixado; ou seja, não oferece condições seguras de utilização. Além disso, “[...] os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.” (ABNT, 2004, p. 46), e não limitados ao lado direito e à metade da rampa, como fora observado e registrado. Isso sem falar nos detalhes relacionados à largura; espaço entre parede e corrimão; empunhadura e deslizamento; prolongamento; altura etc.

O fato é que não há acesso aos corrimãos nem poderia existir, pois, de certa forma, a instituição de ensino estaria colocando em risco a integridade daqueles que deveria zelar, “visando a sua efetiva integração na vida em sociedade” (LDB, 1996, p. 21).

**Imagem 2:** Escada e Rampa

Com relação às escadas fixas em rotas acessíveis, a ABNT (2004) diz que “[...] devem estar associados à rampa ou ao equipamento de transporte vertical.” (p. 44). Olhando para a imagem 2, podemos, então, observar que essa norma está sendo cumprida, não, todavia, de forma integral. A falta de corrimãos na escada e na rampa é apenas uma das falhas já mencionadas.

Não há sinalização visual de degraus na borda do piso, medindo entre 0,02 m e 0,03 m de largura, em cor contrastante com a do acabamento, conforme exemplifica a figura 1, nem sinalização tátil de alerta, que, nesse caso, deveria ser instalada no início e término da escada fixa e, também, da rampa.

**Figura 1:** Sinalização visual no piso dos degraus

(ABNT, 2004, P. 30)

Qualquer pessoa deficiente, ou não, que precise fazer uso desses acessos, provavelmente, não se sentirá seguro.

**Imagem 3:** Desnível de Porta



A escola possui dois andares. Na parte de baixo, todas as entradas que dão acesso às salas de aula apresentam desníveis, a exemplo da imagem 3. Apenas as classes de cima estão com pisos regulares. Isso, como já vimos, pode ser chamado de “[...] barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas [...].” (BRASIL, 2000, p. 162).

Neste caso, não se trata de uma inserção mal feita de algum elemento (edificação, mobiliário ou equipamento etc.) que visasse, ou parecesse, facilitar o acesso e o uso de um meio físico qualquer, dentro da escola. O que vemos é mesmo a falta de fatores como: o compromisso, a responsabilidade, o respeito, a coragem, a atenção; enfim, de pelo menos uma tentativa humana e social. Os erros, com conscientização e trabalho, podem ser corrigidos, mas a ausência do primeiro passo nunca nos levará aos acertos.

É importante que todos saibam o significado de acessibilidade em totalidade, ou seja, que esta “[...] não é um acessório em relação a garantir a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, mas faz parte do pressuposto para um ambiente inclusivo além de um direito da pessoa.” (BENVENGNÚ, 2009, p.69).



**Imagem 4:** Sanitário acessível

Nesta instituição, encontramos dois sanitários “acessíveis”, um feminino e outro masculino, porém, não proporciona qualquer tipo de sinalização que indique a presença dos mesmos. De acordo com a ABNT (2004), deveriam ser colocados nas portas, nessa situação, os símbolos internacionais de acesso, conforme figuras 2 e 3.

**Figura 2:** Sanitário feminino acessível

(ABNT, 2004, p. 20)

**Figura 3:** Sanitário masculino acessível

(ABNT, 2004, p. 20)

Já no que diz respeito à parte interna dos sanitários, é possível visualizar barras de apoio e um acessório para papel que, aliás, encontram-se um pouco distantes da bacia, e sem a

presença de lavatório. Há também pouquíssima – para não dizer nenhuma – área de circulação, tornando-se inviável a entrada e a manobra de uma pessoa com deficiência em sua cadeira de rodas.

[Escola B]

**Imagem 5:** Sanitário



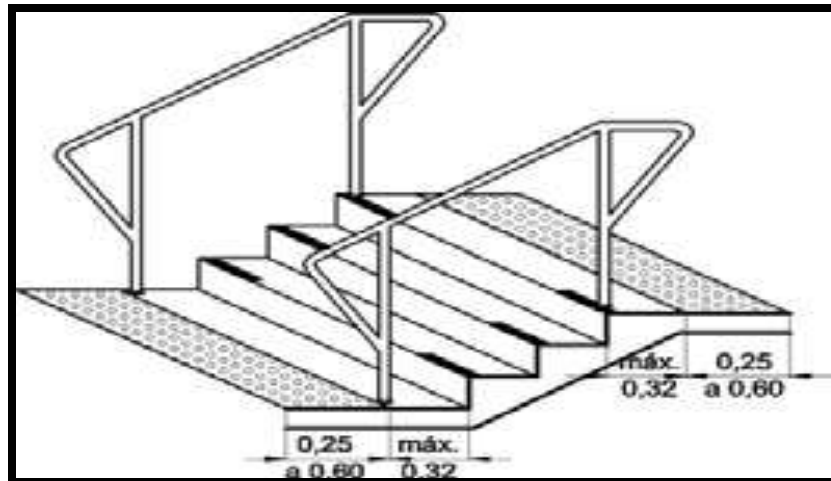
A fotografia acima corresponde a de um dos banheiros desta escola, que possui onze sanitários, incluindo o dos professores. Mas, por incrível que pareça, não há ainda um local reservado para as necessidades fisiológicas e higiênicas dos estudantes com algum tipo de deficiência, fato esse que, por si só, pode ser revoltante.

Os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance [...]. (ABNT, 2004, p. 64).

Portanto, não adianta estarem bem pintados (de verde “esperança”), cheios de brilho e de cheiro, se continuarem sem funcionamento para os que precisam, mas funcionando, sim, como representações da desigualdade ainda existente nas nossas escolas. A instituição de ensino precisa estar preparada para acolher, mas não deve agir por obrigação, quando demandarem uma mudança na sua estrutura arquitetônica com vistas à funcionalidade e o acolhimento de todos, tudo deve ser feito de forma conscientizada e preocupada. Coisas feitas com dedicação e respeito a uma pessoa que ainda está por vir assemelha-se ao amor de mãe, que antes de dar à luz ao seu filho já o tem como querido, arrumando o seu quarto com o que ela tem de melhor e mais bonito.

**Imagem 6:** Rampa e Escada

Trata-se, praticamente, da imagem 2 invertida. Rampa e escada não possuem, por exemplo, sinalização tátil de alerta – modulação do piso, com largura entre 0,25 m a 0,60 m, afastada de 0,32 m no máximo do ponto onde ocorre a mudança do plano, em cor contrastante com a do piso, como na figura abaixo:

**Figura 4:** Sinalização tátil de alerta nas escadas

(ABNT, 2004, p. 32)

É necessário fiscalização nas construções e adaptações dos acessos, principalmente das escolas, pois vem sendo um grande problema encontrado e discutido no decorrer desta pesquisa.

**Imagem 7: Maçanetas**



A escola possui quatorze salas de aula, mas apenas três das portas contêm maçanetas do tipo alavanca e nenhuma delas tem revestimento resistente a impactos.

As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m. Quando localizadas em rotas acessíveis, recomenda-se que as portas tenham na sua parte inferior, inclusive no batente, revestimento resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso [...]. (ABNT, 2004, p. 51).

Inexistem também, principalmente nas portas dos sanitários, puxadores horizontais, associados às maçanetas, localizados a uma distância de 10 cm da face onde se encontram as dobradiças e com comprimento igual à metade da largura das portas, conforme estabelece a Norma Brasileira.

Mesmo com uma análise pouco profunda dessas imagens, sem referência a aspectos bem mais específicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004), podemos considerar que as escolas públicas Estadual (Escola A) e Municipal (Escola B), em foco, ainda estão muito distantes de serem verdadeiramente acessíveis às pessoas com deficiência. Em certos casos, isso pode ser fruto da falta de conhecimento daqueles que fazem a educação escolar – a exemplo dos gestores e professores – sobre o tema da acessibilidade.

### 3.2 GESTORES E PROFESSORES: ANALISANDO OS DISCURSOS DOS SUJEITOS DA ESCOLA

O gestor tem uma função fundamental dentro da escola: entender e desempenhar um novo conceito de gestão pautado no que há de mais social e democrático. Assim nos fala Boaventura (2008, p.45):

Trata-se de um novo conceito, que considera os aspectos já existentes da administração e, além desses, aborda os aspectos políticos e pedagógicos, uma vez que a função social da escola, dentre um rol de tarefas, está a socialização dos alunos, a construção e ampliação de conhecimentos, o repasse de informações, a formação de cidadãos críticos que exerçam sua cidadania e tenham ciência de seus direitos e deveres, enfim a promoção e o desenvolvimento da democracia.

Já o professor exerce um papel social muito relevante. Sua auto formação e consequente autonomia não dependem apenas daquilo vivenciado por ele nos ambientes sistematizados de sua formação docente (pautado em uma *lógica linear*), mas, especialmente, a partir dos tempos/espacos onde viveu. Os contextos sócio-histórico-culturais são de extrema relevância para o processo de construção indetitária de qualquer indivíduo, em qualquer profissão, e não poderia ser diferente para com o profissional do ensino.

Temos, portanto, o entendimento de que tanto o gestor quanto o professor são construtores e transmissores de conhecimento, elemento indispensável dentro da escola. Sabendo disso, trouxemos ambos para um diálogo sobre a acessibilidade implantada em suas instituições, a fim de fazermos uso de suas falas e examiná-las à luz das fotografias analisadas na seção precedente.

Foram entrevistadas duas gestoras, uma da escola Estadual e outra da escola Municipal, bem como dois professores. Dos dados coletados com aquelas, sabe-se que ambas são formadas em Letras e estão no campo da educação há mais de 24 anos. A gestora da escola Estadual (Gestora A) está no cargo faz 15 anos e a gestora da escola Municipal (Gestora B) encontra-se no seu quinto ano de administração. Já os professores, concidentemente, lecionam nas duas escolas investigadas. Estes possuem formação em Ciências (Professor 1) e Geografia (Professora 2), e integram o quadro de docentes da cidade há 4 anos.

### **3.2.1 Acessibilidade: compreensão e ação**

Quando questionados sobre o que entendem por acessibilidade, escutamos as seguintes respostas das gestoras:

Acessibilidade é quando as pessoas com deficiência podem acessar os locais que possuem barreiras, podem andar livremente pelas ruas, calçadas, ir a bancos, igrejas, escolas, como esta que possui acessibilidade; ou seja, não existir barreira que impeça o ir e vir dessas pessoas ou desses alunos (Gestora A).

Acessibilidade é tornar algo com acesso, como, por exemplo, construir rampas. É poder ir aos locais que tenham vontade. Aqui temos acessibilidade. O aluno cadeirante que vier não tem problemas para entrar na escola (Gestora B).

Ambas, como podemos ver, consideram suas escolas acessíveis a pessoas com deficiência física. As definições para o assunto até que não foram muito ruins, mas exemplificá-las dessa maneira não foi a melhor coisa a ser feita, pois a análise das imagens deixou bem clara a falta de estrutura dessas instituições, como também a falta de conhecimento das gestoras.

Uma das frases de um dos discursos pode sintetizar bem essa falta de verdade ou excesso de ingenuidade por parte das gestoras: “O aluno cadeirante que vier não tem problemas para entrar na escola (Gestora B)”. A questão não é apenas ser capaz de penetrar e/ou de se retirar do colégio. É necessário que elas fiquem atentas e saibam, conforme nos diz o *Manual do Programa Escola Acessível* (2008, p. 7):

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

O Programa Escola Acessível tem como prioridade a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares. Para isso, é forçoso que todos estejam atentos quanto às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050) e que revejam seus conceitos de escola acessível e inclusiva.

Já as respostas dos professores à mesma pergunta estiveram voltadas apenas para a tentativa de definir o que eles entendem por acessibilidade, isto é, em nenhum momento fizeram alusão as suas escolas. Vejam:

Acessibilidade para mim é inclusão, é incluir, dar meios para que o aluno deficiente venha à escola (Professor 1).

Entendo por acessibilidade, construção de rampas, banheiros adaptados. Portanto, acessibilidade é poder compartilhar de espaços que até então eram restritos (Professora2).

Mas, mesmo sem cometer o desatino de julgar as Escolas A e B como sendo acessíveis, tanto o Professor 1 quanto a Professora 2 foram por demais abreviados nas suas ponderações e, como consequências, a noção de acessibilidade também acabou sendo resumida e confundida com a ideia de inclusão (Professor 1). É óbvio que a acessibilidade é uma das principais âncoras para este tipo de inclusão, a de pessoas com deficiência. No entanto, quando reduzimos um ao outro, corremos o risco de esquecer os múltiplos fatores indispensáveis para a promoção da inclusão, além de jogar os vários desafios de se fazer algo nas costas do outro (presidente, governador, prefeito, secretário, gestor, professor etc.).

Ao notar melhor a resposta dada pela Professora 2, verificamos que a mesma apresenta dois exemplos de acessibilidade: construção de rampas e de banheiros adaptados. Isso nos possibilita dizer que os seus conhecimentos sobre o assunto dependem dos investimentos feitos pela escola em infraestrutura, já que os elementos mencionados foram meramente aqueles lá existentes.

No *Manual do Programa Escola Acessível*, os objetivos específicos de modo que se possa promover a acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência são:

- Adequar arquitetônica ou estruturalmente, os espaços físicos reservados à instalação e funcionamento de salas de recursos multifuncionais, a fim de atender os requisitos de acessibilidade;
- Adequar sanitários, alargar portas e vias de acesso, construir rampas, instalar corrimão e colocar sinalização tátil e visual;
- Adquirir mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva. (2008, p. 7).

Então, ainda que levemos em consideração somente a acessibilidade físico-estrutural, a construção de rampas e de banheiros adaptados é o mínimo a ser feito (com qualidade) pela escola para que, assim, possa ser garantido o direito dos discentes e, também, dos funcionários, professores e gestores com deficiência ou com mobilidade reduzida. Qualquer um pode precisar.

### **3.2.2 Acessibilidade: uma oportunidade para a inclusão**

Sabemos que a acessibilidade é uma das modalidades para a construção de uma educação inclusiva. Indagadas sobre o que elas acham sobre isso, as gestoras trouxeram à tona, mais uma vez, a “realidade” de suas respectivas escolas.

A implementação da acessibilidade nesta escola ocorreu em 2011. Até o momento não tivemos alunos cadeirantes, apenas alunos com problemas de coordenação motora. É certo que a acessibilidade ajuda na inclusão. Mesmo não tendo muitos alunos com deficiência, sabemos da importância da acessibilidade para eles (Gestora A).

A acessibilidade ocorreu nesta escola por necessidade. Uma mãe veio matricular o filho cadeirante e, logo na entrada da escola, existia uma escada que impedia o acesso do aluno. Mas não foi fácil, não tínhamos dinheiro para a construção da rampa, fizemos viagens periódicas à prefeitura e, só depois que a mãe foi denunciar em uma rádio local, vieram fazer a rampa. Com um tempo, veio a verba. Este foi nosso primeiro aluno deficiente que iniciou o processo de inclusão (Gestora B).

É possível perceber que enquanto a Gestora A fala da voluntária adequação de alguns elementos do espaço físico da Escola A (Estadual), a fim de atender os requisitos de acessibilidade, a Gestora B nos conta a não natural maneira como a Escola B (Municipal) teve que se adaptar para acolher um aluno com deficiência, inclusive precisando ser denunciada publicamente em uma rádio local.

Para os professores, a acessibilidade facilita a inclusão e, portanto, é extremamente importante. As respostas de ambos satisfizeram à pergunta e estão de acordo com o ideal de educação inclusiva almejado. Observem:

A acessibilidade facilita a inclusão nos meios sociais e educativos daqueles que necessitam. Com efeito, uma vez implementados estes acessos, a permanência desses alunos na escola torna-se mais frequente e os resultados do processo de ensino e aprendizagem mais satisfatórios (Professor 1).

É extremamente importante, pois não podemos fazer com que certos cidadãos sejam esquecidos ou se tornem cidadãos de terceira classe ou mesmo subcidadãos por consequência de uma certa deficiência física; e na escola mais ainda, pois a educação é para todos (Professora 2).

Gestores e professores, geralmente, compartilham da mesma ideia quando discorrem sobre as dificuldades no processo inclusivo: falam da falta de recursos para a acessibilidade; do despreparo ao lidar com as diferenças; reclamam por não terem capacitação, uma formação específica para trabalharem melhor a inclusão etc. Realmente, são muitos os problemas. Mas



precisamos ter em mente que barreiras maiores são aquelas enfrentadas diariamente pelos deficientes relegados ao ostracismo social, conforme elucidamos nesta análise.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho busca contribuir para o conhecimento da acessibilidade física na escola. Para tanto, como foi dito, é necessário saber que a acessibilidade espacial não corresponde apenas ao conseguir chegar e entrar em um determinado local, “[...] é também necessário que a pessoa possa situar-se orientar-se e que compreenda o que acontece a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes [...] sem precisar fazer perguntas.”, é o que diz o Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas (2009, p. 22).

Um lugar acessível deve permitir que todos participem do mesmo ambiente e faça uso de equipamentos e mobiliários dentro de suas possibilidades. Deparamo-nos todos os dias com barreiras arquitetônicas, falta de acesso nos locais mais simples como em banheiros e calçadas, mas a carência de informação é a maior delas.

As instituições precisam rever as práticas inclusivas no contexto da acessibilidade, de forma efetiva, como no caso das gestoras, que consideram suas escolas prontas para receber o aluno deficiente, não conseguindo, portanto, perceber os problemas existentes em suas escolas, principalmente a gestora da *Escola B*, que declara ser a sua escola acessível, pelo fato de possuir rampa de acesso em sua entrada.

Assim, devemos ter cuidado com o ato de ver, mas sem enxergar o que nos é apresentado claramente e, mesmo sabendo que “[...] a mente apavora o que ainda não é mesmo velho [...]” (VELOSO, 1978), isto é, compreendendo que o novo causa medo, espanto, todos os sujeitos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem precisam ter consciência de que as coisas não são como aparentam ser e, portanto, necessitam conhecer melhor, e de modo urgente, o conceito de educação acessível e inclusiva, pois como já diz o ditado: “o pior cego é aquele que não quer ver.”

Porém, esta é uma prática recorrente em gestores que não conhecem, de fato, o ambiente do deficiente, os problemas do cotidiano escolar, as barreiras encontradas e outras ocorrências que se tornam um grande obstáculo, uma vez que um simples puxador de porta inadequado, para quem não tem força na mão, já torna a pessoa dependente de ajuda.

É necessária a conscientização de que é preciso fazer direito e, para isso, existem normas e leis as quais precisam ser seguidas, estudadas e cumpridas. Cumpre dizer que as questões que rodeiam a acessibilidade nas escolas, como também os problemas que permeiam não são observáveis apenas nos locais visitados e avaliados neste trabalho, pois boa parte das escolas públicas e privadas estão devendo, e muito, à pessoa que precisa de um contexto escolar verdadeiramente acessível e inclusivo.

Por isso, ao implementar a acessibilidade é preciso pensar no deficiente e, para tanto, a Norma Brasileira, 9050/2004, está disponível. Assim, erros grotescos poderão ser evitados, os quais acabam causando frustrações e constrangimentos não só aos que necessitam, mas para todos que fizerem parte do processo de adequação de um local que pretendia ser realmente acessível.

Entendemos que a verba destinada às escolas é pouca, diante da demanda e da carência, mas, cumpre dizer que os problemas das escolas avaliadas, não aparentam ser apenas de ordem financeira, mas também da falta de conhecimento que, muitas vezes, chega a ser revoltante.

Neste ínterim, as gestoras de ambas as escolas devem refletir sobre a acessibilidade que suas respectivas escolas construíram, principalmente, partindo de uma perspectiva inclusiva, uma vez que a acessibilidade e a inclusão andam sempre juntas. No entanto, devemos chamar a atenção para a falta de cursos intensivos aos profissionais da educação, para que os mesmos tenham um conhecimento aprofundado do que é fazer parte de uma escola que proporcione o acesso adequado e a inclusão efetiva de todos.

Infelizmente, alguns professores também não enxergam os problemas existentes nas escolas, muitos eventos passam despercebidos por esses profissionais que se limitam a propagar falas que tratam da inclusão como sendo importante para a escola por meio da acessibilidade, mas que ao se depararem com o ingresso de alunos na escola estes profissionais dizem não saber lidar com as situações por eles exigidas, algo resultante do comodismo em não aprender como lidar com isso, que, por sua vez, pode ser visto como uma consequência da falta de preparação devida e direcionada a todos os sujeitos da escola.

Devemos sempre ter em mente que a acessibilidade no espaço escolar é bem mais do que o simples aspecto físico, é, pois, todo um processo de inserção do aluno no ambiente escolar, no contexto social a ser frequentado. Nesta perspectiva, o aluno precisa estar confortável, sentir-se bem e seguro no ambiente escolar. Nesse ínterim, a escola tem um papel fundamental, pois nela são formados cidadãos e cidadãs; pessoas conscientes de seus direitos. Por isso, deve ser proporcionado ao aluno com deficiência o direito de ir e vir, sem isso a inclusão será apenas uma ilusão.

Vale ressaltar que nosso objetivo não foi o de comparar a estrutura acessível de uma escola com a outra, mas sim observar como a proposta de acessibilidade apresenta-se nessas instituições de ensino, de modo que pudéssemos perceber as falhas existentes e adquirir cuidados extremos com outras construções a serem feitas.

Por fim, o contato direto com os sujeitos, pertencentes às escolas avaliadas, resultou em grande aprendizado e enriquecimento das concepções contrastadas com suas falas, que retrataram o conhecimento que esses indivíduos têm sobre o tema estudado. Ao vivenciar e sentir as sensações, as frustrações, como também os equívocos constatamos uma educação, que cresce, mas que ainda necessitada de maiores e melhores cuidados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em:  
<[http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generic\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generic_imagens-filefield-description%5D_24.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2012.

BARBOSA, Márcia Silvana Silveira. **O papel da escola: Obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. Porto Alegre, 2004. 234 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE). Porto Alegre. 2004. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BARROS, José D' Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENVENGNÚ, Eliane Maria. **Acessibilidade espacial requisito para uma escola inclusiva: Estudo de caso - Escolas Municipais de Florianópolis – SC**. Santa Catarina, 2009. 188 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Santa Catarina. 2009. Disponível em:  
<[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select...](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select...)>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. Presidente Prudente, 2008. 122 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Presidente Prudente: SP. 2008. Disponível em:  
<[http://tede.unoeste.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=128](http://tede.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=128)>. Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial (SEESP), 2001. Disponível em:  
<<https://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

BRANDÃO, Milena Mesquita. **Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual: Discussão e Contribuições para NBR 9050/2004**. Florianópolis, 2011. 198 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis. 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/.../297405.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013

BRASIL, Decreto Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Cap. v. (Educação Especial). **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 31. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL, Decreto Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Legislação Brasileira sobre as pessoas Portadoras de deficiência, 6. ed., 2010, **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Brasília**, 2010, p. 587. Disponível em: <[http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao\\_portadores\\_deficiencia\\_6ed.pdf?sequence=8](http://www.bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadores_deficiencia_6ed.pdf?sequence=8)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 Jul. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Programa Escola Acessível. **Manual do Programa Escola Acessível**, 2011. Disponível em: <[www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)>. Acesso em: 18 ago. 2012.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009. 224 p.

COSTA, M.C.S. **Sentimentos de professores frente às dificuldades na Prática da Educação Inclusiva de alunos com deficiência no ensino fundamental**. São Paulo, 2007. 121 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACCÃO. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Espanha: UNESCO, 94. ed., 1994. 49 p. Disponível em: <[http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2012.

DENARI, Fátima Elisabeth. Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas. @**mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, ago./dez. 2008. p. 31-39. Disponível em:

<[http://www.cidadesp.edu.br/old/revista\\_educacao/pdf/volume\\_2/rev\\_n%C2%BA2\\_3\\_denari.pdf](http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n%C2%BA2_3_denari.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2013.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da cunha. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2009. Disponível em: <[http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/41/docs/manual\\_escolas\\_-\\_deficientes.pdf.pdf](http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf.pdf)> Acesso em: 14 ago. 2012.

DUTRA, Claudia Pereira. Acessibilidade na escola: um compromisso com a educação de qualidade para todos. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. “Acessibilidade: você também tem compromisso”. Subsídios para o conferencista. 2006, Brasília. **Caderno de textos...** Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: <[http://www.portal.mj.gov.br/conade/conferencia/arquivos/subsidios\\_para\\_o\\_conferencista.doc](http://www.portal.mj.gov.br/conade/conferencia/arquivos/subsidios_para_o_conferencista.doc)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva?** São Paulo: Brasiliense, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Traduzido por Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Vera Maria Trindade. **Acessibilidade nos Espaços Físicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Cuiabá, 2009. 24 p. Monografia. (Especialização à Distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Disponível em: <[http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006102433362vera\\_maria.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201006102433362vera_maria.pdf)>. Acesso em: 17 de abril de 2013

LOCH, Márcia do Valle Pereira. **Convergência entre acessibilidade espacial escolar, pedagogia construtivista e escola inclusiva**. Florianópolis, 2007. 283 p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/pdf>>. Acesso em: 19 maio 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. . **Inclusão Escolar : o que é? Por que? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

“Acessibilidade: você também tem compromisso”. Subsídios para o conferencista. 2006, Brasília. **Caderno de textos...** Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: <[http://www.portal.mj.gov.br/conade/conferencia/arquivos/subsidios\\_para\\_o\\_conferencista.doc](http://www.portal.mj.gov.br/conade/conferencia/arquivos/subsidios_para_o_conferencista.doc)>. Acesso em: 18 jan. 2013.

MORAES, Marina Grava. **Acessibilidade e Inclusão social em Escola**, São Paulo, 2007. 82 p. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências (UNESP). São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Grava%20%20Final.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2012.

REMIÃO, Josiane Lopes. **Acessibilidade dos Ambientes Escolares: Dificuldade dos cadeirantes**. Porto Alegre, 2012. 111 p. Trabalho de diplomação (Curso em Engenharia Civil). Departamento de engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <[www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/63191/000863847.pdf](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/63191/000863847.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

ROSA, Sanny S. da. **Construtivismo e Mudança**. 9. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: <[www.apabb.org.br/.../Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer](http://www.apabb.org.br/.../Inclusao%20-%20Acessibilidade%20no%20lazer)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SHON, Donald A. **Educando o profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.256p. Tradução: Roberto Cataldo Costa. consultoria, supervisão e edição técnica da edição: Beatriz Vargas Dornelis. Reimpressão: 2008.

SOUSA, Edilson Tomaz de. **São João do Rio do Peixe: nossa terra, nossa história**. Cajazeiras: Ideal, 2007.

VELOSO, Caetano Emanuel Viana Teles. Sampa. Intérprete: Caetano Veloso. In: CAETANO VELOSO. **Muito (Dentro da estrela azulada)**. São Paulo: Polygram/Philips, p1978. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 2.